

RESUMO

Durante a virada do século XIX para o XX a comunidade médica tentava lidar com o crescente número de pacientes acometidos pela sífilis. Os esculápios classificavam a doença em diferentes fases, sendo a última e mais grave a paralisia geral progressiva ou PGP. Quando o doente chegava a este estágio suas faculdades psicomotoras começavam a ser progressivamente prejudicadas, o que resultava, em grande parte dos casos, em óbito. O percentual de cura dos doentes paralíticos gerais era muito pequeno e as técnicas até então disponíveis para o tratamento pouquíssimo promissoras. Ao longo da história, a febre se mostrou benéfica no tratamento de diversas doenças mentais e seu uso para estes fins remonta a Hipócrates (século IV a.C.). A utilização dos acessos febris provocados pela malária no tratamento da paralisia geral progressiva foi proposta, em 1917, pelo médico austríaco Julius Wagner-Jauregg. A técnica, batizada de malarioterapia, consistia na inoculação de sangue contendo um dos agentes etiológicos da malária, o protozoário da espécie *Plasmodium vivax* em doentes portadores desta forma de sífilis nervosa. Através das trocas científicas internacionais que ocorriam em diversas áreas do conhecimento e, especialmente, no campo da medicina experimental, ao longo da primeira metade do século XX, a técnica passou a ser conhecida, utilizada e estudada em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de incorporação da malarioterapia no quadro terapêutico de instituições hospitalares cariocas ligadas à Assistência a Psicopatas do Distrito Federal e no Serviço de Neurosífilis do Hospital da Fundação Gaffrée e Guinle. Procuramos, desta forma, compreender como e em que medida a terapia palúdica contribuiu para a consolidação do campo da psiquiatria no Rio de Janeiro e para a modificação da visão dos médicos, especialmente de psiquiatras, sobre a paralisia geral progressiva.